

GARCIA, Antônio

* jornalista; const. 1891; dep. fed. RN 1891-1893.

Antônio de Amorim Garcia nasceu em Fortaleza no dia 2 de setembro de 1850, filho de José Gervásio de Amorim Garcia e de Rita Antunes de Amorim Garcia.

Logo após seu nascimento, a família transferiu-se para Recife. Após a morte de seu pai em 1858, seguiu com a mãe para Natal, onde passou a residir. Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife em 1873, nesse mesmo ano seguiu para a província do Rio de Janeiro, onde deveria assumir a promotoria da comarca de Araruama. No entanto, preferiu advogar no Rio de Janeiro, então capital do Império, na banca de Luís Antônio da Silva Nunes, que fora presidente da Paraíba entre 1860 e 1861, e Paulino José Soares de Sousa, filho de Paulino José Soares de Sousa, o visconde do Uruguai, várias vezes ministro e último presidente do Senado no Império.

Foi eleito deputado provincial no Rio Grande do Norte para a legislatura 1874-1875, pelo Partido Conservador, e voltou a Natal apenas para tomar posse. Retornando às suas atividades no Rio de Janeiro, acabou nomeado segundo delegado de Polícia na Corte em 1875, mas teve de pedir exoneração para ficar à frente da banca de Luís Antônio da Silva Nunes, uma vez que este havia sido nomeado para o governo da Bahia. No final de 1879 voltou a Natal, onde abriu sua própria banca de advocacia. Diretor geral da Instrução Pública do Rio Grande do Norte em 1885 e delegado especial dos Exames Preparatórios em 1886, tornou-se nos últimos anos do Império um dos principais chefes do Partido Conservador na província, integrando a facção conhecida como “grupo da Botica”, em referência ao lugar onde seus integrantes se reuniam. Paralelamente à carreira política, tornou-se também, em 1888, um dos redatores da *Gazeta de Natal*, função que exerceria até 1890.

Proclamada a República (15/11/1889), foi nomeado chefe de Polícia do Rio Grande do Norte em 1890 e, depois, diretor geral da Instrução Pública pelo governador Jerônimo Américo Raposo da Câmara (1889-1890). Ainda em 1890, foi um dos fundadores e redator-chefe do jornal *Rio Grande do Norte*, de oposição à corrente liderada por Pedro Velho, principal liderança republicana do estado. O jornal circularia em Natal até 1896.

Em 15 de setembro de 1890, foi eleito deputado pelo Rio Grande do Norte ao Congresso Nacional Constituinte. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro, participou da elaboração

da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e, na eleição para presidente da República realizada no dia seguinte, deu seu voto ao marechal Deodoro da Fonseca, divergindo da posição assumida por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, chefe do Partido Republicano no Rio Grande do Norte, e José Bernardo de Medeiros, líder da região do Seridó. Em março de 1891, em oposição a essas lideranças e em sincronia com a política do ministro da Fazenda, Henrique Pereira da Lucena, o barão de Lucena, apoiou a nomeação de Francisco Amintas da Costa Barros para o governo do Rio Grande do Norte e a eleição em junho seguinte, pelo Congresso Constituinte, de Miguel Castro para governador. Exercendo desde junho de 1891 o mandato ordinário na Câmara dos Deputados, foi escolhido um dos secretários da Mesa da Câmara. Em 1893, votou contra o estado de sítio. Em oposição tanto ao governo federal quanto ao estadual, não seria reeleito. Ingressando no Partido Republicano Constitucional, candidatou-se novamente à Câmara em 1899, mas foi derrotado. Abandonando a política, em 1900 foi nomeado juiz federal substituto no estado do Ceará.

Escreveu diversos artigos que foram publicados no jornal carioca *A Luz* e vários editoriais para o *Correio de Natal*. Foi ainda correspondente do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

Faleceu em Fortaleza em 27 de maio de 1913.

Renato Amado Peixoto

FONTES: CONS. JUST. FED. *Repertório*; NOBRE, F. *1001 cearenses*; SOARES, A. *Dicionário*; STUDART, G. *Dicionário*.